

candidatura de Portugal ao Conselho de Segurança das Nações Unidas no biênio 2027- 2028.

Conflitos

Sobre conflitos em curso, o programa afirma que Portugal, *“no quadro da UE e da NATO, apoiará a Ucrânia, a nível humanitário, político, financeiro e militar, na defesa contra a agressão da Federação Russa, nos planos e esforços de reconstrução e no processo de alargamento da UE em curso”*.

O processo de adesão à União Europeia, que inclui ainda a Moldova, os Balcãs Ocidentais e a Geórgia, *“deverá ser precedido de uma reforma da arquitetura institucional e financeira da União para assegurar a eficácia da sua ação”*, refere o programa sobre a Política Externa, tutelada pelo ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel.

Quanto à guerra no Médio Oriente, *“Portugal lutará pela adoção da solução dos dois Estados, reconhecendo a Israel o direito à legítima defesa contra o terrorismo, reclamando a libertação de todos os reféns e advogando o estrito respeito pelas regras de direito humanitário internacional, defendendo um cessar-fogo que faculte a ajuda humanitária e o estabelecimento de negociações com vista a uma paz duradoura, que passará pela autodeterminação do povo palestino”*.

O Governo não se compromete explicitamente a reconhecer já o Estado palestino, numa altura em que o chefe do executivo espanhol, Pedro Sánchez, lidera um movimento no âmbito dos 27 para este passo – que pretende abordar com o primeiro-ministro português, na próxima segunda-feira em Madrid, na primeira visita oficial ao estrangeiro desde que tomou posse.

“Promover as candidaturas de portugueses a cargos nas organizações internacionais e valorizar e apoiar as suas respetivas progressões de carreiras”, refere ainda o documento.

Sobre uma eventual candidatura de António Costa à presidência do Conselho Europeu, o ministro Paulo Rangel adiantou que o Governo português não se vai opor à possibilidade de o ex-primeiro-ministro socialista vir a ocupar um cargo nas instituições europeias.

No âmbito da Lusofonia, o Governo quer mais estudantes de países de língua portuguesa matriculados em programas de intercâmbio académico entre os países da CPLP, aumentar o volume de comércio entre os países lusófonos e contribuir para missões internacionais de paz em cooperação com estes Estados.

Por outro lado, o executivo vê como *“essencial”* promover uma política externa económica e comercial *“alinhada com os objetivos de criação de riqueza e de desenvolvimento económico e social”*, que passa pelo desenvolvimento de uma *“estratégia de internacionalização e de diplomacia económica transversal, numa estreita articulação entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério da Economia”*.

Sobre as migrações, no quadro da UE, o Governo afirma apoiar uma política europeia de migração *“eficaz, humanitária e segura”*, no âmbito do pacto para migração e asilo e da reforma do Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA).

O Programa do Governo da Aliança Democrática (AD) foi aprovado ontem, na véspera de dois dias de debate no parlamento, hoje e sexta-feira.

O ministro da Presidência, António Leitão Amaro, afirmou que o documento tem como base o programa eleitoral da AD, mas incorpora **mais de 60 medidas que coincidem com as de outros partidos.**